

Análise do desenvolvimento familiar no Brasil de 2012 a 2019: uma visão a partir do índice de desenvolvimento familiar

Rickson Nixon Barbosa de Oliveira ^a

Raquel Oliveira Gomes ^b

Hilder André Bezerra Farias ^c

Ricardo Bruno Nascimento dos Santos ^d

Resumo: Estudos sobre desenvolvimento socioeconômico ganham força a cada ano, porém o Brasil carece de um indicador que consiga mensurar sua realidade mais precisamente, então é necessário investigar um objeto de pesquisa menor e mais condizente, ou seja, as famílias brasileiras. Portanto, o presente artigo tem em seu objetivo realizar a construção do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF), proposto por Barros (2003), através da base de dados da PNAD, no período de 2012 a 2019, o IDF foi escolhido por melhor se adaptar com a realidade familiar do país, sendo assim, a análise irá verificar e revelar o grau de desenvolvimento das famílias, com o intuito de identificar as regiões focos de carência, além de uma análise mais aprofundada no estado do Pará. Os resultados expostos demonstram que as famílias brasileiras possuem nível médio de desenvolvimento socioeconômico, os piores resultados tanto para pobreza quanto para o IDF foram nas regiões Norte e Nordeste, enquanto os melhores foram na região Sul e Sudeste. Portanto, o IDF se mostrou mais condizente com a realidade familiar brasileira, apresentando, um valor de desenvolvimento palpável com a realidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico. IDF. Pobreza. Famílias Brasileiras.

^a Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). E-mail: rickson800@gmail.com

^b Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Goiás (PPGECON/UFG). E-mail: raqueloliveira@gmail.com

^c Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal do Pará. E-mail: hilder@ufpa.br

^d Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal do Pará. E-mail: ricardobns@ufpa.br

Abstract: Studies on socioeconomic development gain strength each year, but Brazil needs an indicator that can measure its reality more precisely, so it is necessary to investigate a smaller and more consistent research object, i.e., Brazilian families. Therefore, this article aims to present and carry out the construction of the Family Development Index (IDF), Barros (2003), through the PNAD database, in the period of 2012 to 2019, the IDF was chosen because it's the best fit in the country's families realities, thus, the analysis will verify and reveal the degree of development of the families in order to identify the regions where the need arises, in addition to a more in-depth analysis in the State of Pará. The results show that Brazilian families have an average level of socioeconomic development. The worst results for both household poverty or the IDF were in the North and Northeast regions, while the best was in the South and Southeast regions. Therefore, the IDF proved to be more consistent with the Brazilian family reality, presenting a palpable development value with reality.

Keywords: Socioeconomic Development. IDF. Poverty. Brazilian Families.

Classificação JEL: 00, 01, 02.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma população de mais de 200 milhões de habitantes, é subdividido em 26 estados e o Distrito Federal, sendo o maior país da América Latina e é o quinto maior país do mundo, com cerca de 8,51 milhões de km² e, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019, o país foi mensurado com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,761 o que é considerado um valor de desenvolvimento elevado. Entretanto, dados da PNAD demonstram que cerca de 24,7% da população se mantém na linha da pobreza e 6,5% está na extrema pobreza¹.

Dentre as medidas existentes para medir o desenvolvimento, destaca-se o IDH, no qual é realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e este por muitos anos foi considerado o indicador de referência para análise do nível carência de um país.

Na mensuração do IDH é possível perceber a contribuição de Amartya Sen (2010) onde há um entendimento do desenvolvimento a partir das capacidades humanas, ao incluir a participação do bem-estar humano e a sua liberdade como fator central do desenvolvimento, ou ainda, entende-se que as capacitações representam aquilo que as pessoas são capazes de fazer e ser, suas liberdades para apreciar os valores de ser e de fazer (SOUSA, 2016).

Porém o IDH enfrenta duas limitações, a primeira é decorrente pela forma que seu resultado é calculado dado pela média ponderada da região. Esse formato de cálculo impede

¹ Para ver mais: <https://bitly.com/eoPOe>

que seja identificada a condição de cada família individualmente, de tal forma que o índice mascara a realidade vivenciada dentro dos domicílios.

A segunda limitação ocorre na comparação do índice entre países, isso porque cada país tem suas particularidades quanto à pobreza. Por exemplo, um país pode ter seus aspectos mais voltados para distribuição de renda, enquanto outro pode apresentar problemas mais acentuados em questões de acesso a saúde e educação

Buscando avançar em direção a um conjunto mais completo de fatores que levam ao desenvolvimento e que supere as limitações do IDH, Barros (2003) elaborou “O Índice De Desenvolvimento Da Família (IDF)”, tese na qual é formulada uma forma de mensurar as multidimensões do desenvolvimento, através de um novo indicador mais eficiente que o IDH construído por meio de indicadores sintéticos que captam aspectos familiares. O estudo consegue cumprir o papel de trazer uma forma de calcular os índices de desenvolvimento em escala familiar, e sendo assim, sua análise sobre desenvolvimento se torna mais adequada com a realidade das famílias brasileiras.

Por se entender que o uso do IDF é consoante ao que se entende no presente trabalho como desenvolvimento em sentido amplo, e atrelado à contribuição de Sen (2010), o presente artigo atuou para a mensuração do IDF, com objetivo de examinar o grau de desenvolvimento familiar do Brasil e investigar os perfis de desenvolvimento de cada UF brasileira, no período de 2012 a 2019.

Para isso, este estudo está organizado em seções: a seção 1 corresponde à introdução apresentada; na seção 2 está presente a discussão da literatura sobre as causas para o desenvolvimento socioeconômico e das causas da estagnação econômica, uma explicação mais detalhada sobre a análise de pobreza de Amartya Sen e Sonia Rocha, além de exposição dos índices de desenvolvimento já existentes.

A seção 3 apresenta a metodologia utilizada, assim como a explicação com maior precisão sobre o IDF. A seção 4 é caracterizada pela apresentação dos resultados do IDF e a porcentagem de domicílios em condições de pobreza, as análises estão divididas primeiro pela análise geral do país, seguindo pela análise das grandes regiões e seus estados e por fim uma análise individual do estado do Pará. Por fim, a seção 5, traz as conclusões finais sobre o resultado da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 As causas do desenvolvimento

Investigar as causas do desenvolvimento, e porque ele fracassa em certas localidades, é como tratar uma doença, o erro na análise de muitos economistas está em estudar apenas como curar a doença, em vez de entender as raízes da doença. Partindo deste princípio, Acemoglu (2012) buscou identificar o que seria a causa para haver países cerca de trinta vezes mais ricos que outros. Seria por conta das diferenças geográficas? Culturais?

Políticas Institucionais? Ou até mesmo sorte? A resposta é: todos os motivos anteriores. Para isso ele formulou quatro hipóteses:

a) *A hipótese da sorte*: é argumentado que há vários caminhos divergentes e convergentes para o desenvolvimento, e que muitas vezes, seja por incerteza ou heterogeneidade de escolhas, pode ocorrer múltiplos equilíbrios, diferentes configurações econômicas que levam a caminhos diferentes entre sociedades;

b) *A hipótese da geografia*: refere-se aos fatores de ambiente físico, geográfico, climático e ecológico, já que impactam diretamente na qualidade do solo, recursos naturais e produtividade agrícola, ou seja, ditam a capacidade de riqueza de uma nação, e a facilidade de industrialização. Além disso, essa hipótese leva em conta o ambiente de doenças, onde além de afetar a saúde da população, causam o desinteresse em incentivos de investimento;

c) *A hipótese da instituição*: refere-se ao conjunto de regras, regulamentos, leis e políticas que afetam os incentivos econômicos. Essa é a hipótese que será discutida com mais detalhes mais a frente, por conta de sua importância.

d) *A hipótese da cultura*: refere-se a valores, crenças e preferências sobre comportamento social. A cultura é importante, pois afeta o modo como indivíduos trabalham em cooperação, como funcionam as estruturas de mercado e o modo como acumulam capital.

Essas quatro hipóteses são como pré-condições para a base do crescimento econômico de um país, em especial, a terceira hipótese, a das instituições.

As instituições são, segundo Vazquez-Barquero (2002), um conjunto de normas e acordos com os quais os atores, organizações e nações se mobilizam para regular suas relações econômicas, sociais e políticas. As instituições mudam de acordo com o tempo, e quando se tornam obsoletas, é necessária uma mudança institucional, processo qual é lento e complexo, uma vez que exige negociações entre os atores econômicos, sociais e as organizações locais.

As instituições estão quase que inteiramente interligadas com a governança local, dessa forma, a hipótese da instituição exerce uma influência ou controle sobre as demais hipóteses. Por exemplo, a hipótese da geografia determina o tipo de agricultura local, contudo, é papel das instituições prover meios de incentivo para essa agricultura, assim como ela também pode criar barreiras para impedir esse incentivo.

Acemoglu (2012, 2013) destaca dois tipos de instituições: as *instituições inclusivas* e as *instituições extrativistas*. As instituições inclusivas estimulam a participação da população em atividades econômicas, onde incentiva o indivíduo a desenvolver suas habilidades. Desse modo, elas conseguem formar uma base para dois pilares fundamentais do desenvolvimento, a prosperidade tecnológica e a educação.

Do outro lado, *as instituições extrativistas*, possuem um governo mais centralizado, com o poder concentrado, geralmente nas mãos de uma pessoa ou um grupo. Essas instituições tendem a apresentar um mercado fechado e ausência de incentivos para atividade econômica própria por conta de altos tributos. Além de não estimular as bases educacionais, e, portanto, a inovação e o progresso tecnológico.

Dessa forma, é desejável que haja uma substituição das políticas “de cima para baixo” pelas políticas “de baixo para cima” (ACEMOGLU, 2013; VAZQUEZ-BARQUERO, 2002), que teriam o objetivo de desenvolver as economias regionais e de cidades específicas, sendo promovidas e administradas pelos governos locais. Afinal, a autoridade presente da região possui maiores conhecimentos das dificuldades de desenvolvimento da região, o que a torna um dos agentes com maior capacidade de promover a melhor solução.

Diante dessa concepção de um desenvolvimento baseado nas especificidades locais com soluções endógenas, compreende-se que as regiões onde as bases para desenvolvimento foram realizadas por motivações exógenas à região tendem a apresentar dificuldades em crescer, visto que limitadas em suas bases produtivas, como é o caso da região Norte do Brasil.

Essas soluções endógenas, segundo Vazquez-Barquero (2002), podem ser desde um conjunto de ações que ofereça mudanças radicais nos mercados regionais que promovam o aumento da competitividade (eficiências/eficácia). Essas ações podem ocorrer através de inovação tecnológica, produção de novos bens, localizações alternativas, como também uma combinação de ações com o objetivo de alcançar metas de eficiência de curto e longo prazo, onde se existe uma adaptação para alcançar a eficácia e equidade ótimas, ao mesmo tempo que prioriza a dimensão social.

2.2 Pobreza

A pobreza é um fenômeno que representa a contramão do desenvolvimento socioeconômico. Isso é evidenciado por meio do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), o qual expõe que os países classificados com índice baixo de desenvolvimento são os detentores dos piores índices de subnutrição, analfabetismo, saúde e pobreza monetária.

A insuficiência de renda é vista como um ótimo parâmetro para pobreza dado sua facilidade de mensuração, uma vez que é um indicador comum entre países, o tornando um fácil índice comparador de pobreza entre países. Além disso, uma renda elevada possibilita que indivíduos tenham um maior acesso a bens e serviços que os proporcionem satisfazer suas necessidades e maximizar o bem-estar. Indivíduos cuja renda é insuficiente têm grandes dificuldades em garantir uma cesta de bens essenciais para uma nutrição adequada, logo, eles se encontram em situação de vulnerabilidade e vivem em condições de subnutrição ou indigência. Os indivíduos que vivem neste tipo de condição são classificados como “absolutamente pobres” (SEN, 2010; ROCHA, 2003).

O grau de carência de renda pode ser dividido em duas classificações, a “pobreza absoluta”, representada pelo caso descrito acima, e a “pobreza relativa”, que trata sobre pessoas que são pobres pelo viés do modo de vida da sociedade em questão, ou seja, para essas pessoas há garantias de que exista uma satisfação das suas necessidades básicas, porém elas residem na questão de desigualdade de renda (SEN, 2010; ROCHA, 2003).

Todavia, a pobreza não pode ser medida apenas em seu aspecto unidimensional, no que diz respeito a ótica multidimensional da pobreza, Sen (1982, 2010) classifica a pobreza como uma privação de capacitações, em outras palavras, a pobreza em seu caráter multifacetado ocorre quando o indivíduo não consegue participação em sociedade, não tem acesso a oportunidades de trabalho, não consegue exercer seu direito a trocas, ensino, saúde, e serviços essenciais que são de direitos básicos de qualquer cidadão, ou seja, indivíduo se encontra privado de suas capacidades elementares. Se o sujeito é impedido ou limitado de ser o que desejar ou de descobrir o que poderia ser, ele está privado de sua liberdade.

Nesse sentido, a pobreza não é apenas uma falta de renda, é preciso levar em consideração todos os outros fatores que impactam na vida de um cidadão. As ideias de Sen (2010) sobre privações são essenciais para a análise de pobreza e desenvolvimento, visto que os indicadores atuais reconhecidos pelo PNUD, tem como base o intuito de medir o desenvolvimento com menor ênfase na renda e o nível de riqueza do país, e sim visando os aspectos sociais e as privações.

O contexto brasileiro, em uma análise unidimensional da pobreza, possui um caráter mais absoluto de carência do que relativo, por conta da enorme desigualdade de renda presente no país. Nesse contexto, cabe destacar as “linhas de pobreza”, as linhas compreendem um conjunto de necessidades nutricionais básicas, onde é classificado um valor de US\$ 1,90 por dia, os indivíduos que vivem com menos que isso, são considerados “extremamente pobres”.

Diante do pressuposto das linhas de pobreza, o IBGE consegue mensurar esses índices, o problema é que ele não consegue mensurar precisamente quem são esses indivíduos considerados absolutamente pobres, voltando à tona discussão do problema do alto nível agregação contida no IDH, mensurar este grau de pobreza/desenvolvimento da população requer uma abordagem diferente.

2.3 Índices de desenvolvimento

Como medir o nível de desenvolvimento, como medir o grau de pobreza de um país e como construir um indicador que possa medir esses dois, estes são questionamentos que antes de 1990 ainda não possuíam tanta notoriedade. Em 1990, o PNUD, desenvolveu o primeiro o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), onde incluía o Índice do Desenvolvimento Humano, e a retratação de dados e análises com discussões relevantes sobre o nível de desenvolvimento de países.

O RDH teve um papel fundamental para instigar novas pesquisas e discursões sobre como criar indicadores que possam medir o grau desenvolvimento e pobreza em proporções cada vez mais precisas com a realidade global, dentre eles, destaca-se o IDH, o IPH e o IPM².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado por Mahbud ul Haq e Amartya Sen, surgiu no RDH de 1990. O índice possui três indicadores, sendo eles educação, saúde e renda. Sua variação vai de 0 a 1, onde um índice até 0,499 se refere a um IDH baixo, de 0,5 a 0,699 corresponde a um médio IDH, a partir de 0,7 até 0,899 é considerado alto, e acima disso até 1 representa o desenvolvimento muito alto.

O Índice de Pobreza Humana (IPH) foi apresentado no RDH de 1997, ele mensura a pobreza humana através da análise de três dimensões, sendo elas a longevidade, conhecimento e padrão de vida. Esse indicador possui as características que Sen (1982, 2010) argumenta sobre privações, sendo assim, ele possuía um caráter de análise mais social.

A primeira dimensão diz respeito à porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos, a segunda dimensão, é a porcentagem de adultos analfabetos, e a última é uma média percentual de três características, acesso a saúde, água potável e crianças abaixo de cinco anos desnutridas, posteriormente incluiu mais uma dimensão no IPH, a “participação ou exclusão social”, que mede uma taxa de desemprego de longo prazo de um ano ou mais (UNDP, 1997).

O IPH, apesar de ser inovador na época, com o passar dos anos se tornou alvo de críticas, uma vez que, conforme Barros (2006), apenas quatro dimensões não conseguiriam captar plenamente as características sociais de um país.

No RDH de 2010, baseado no trabalho de Alkire & Santos (2010), foi apresentado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Este índice trata sobre a privações de bens e serviços essenciais ao ser humano, analisando múltiplos aspectos de acesso à educação, saúde e padrão de vida, similar ao IPH, porém com mais indicadores de características familiares, caracterizando um índice que permite uma maior compreensão da condição domiciliar, o que reforça as ideias de Sen (2010) sobre pobreza em um aspecto multidimensional.

Segundo Alkire e Santos (2010), o IPM é o resultado do produto entre duas medidas, a incidência (H) e intensidade (A), o primeiro se refere ao número de habitantes em determinada região considerada multidimensionalmente pobre, e a segunda trata sobre a proporção de pobreza por privação dos indicadores.

O IPM é considerado um excelente indicador do nível de pobreza, pois consegue captar mais aspectos sociais, substituindo o IPH e promovendo análises mais consistentes sobre privações familiares. Contudo, o IPM não se adapta precisamente à vivência

² Para mais informações ver UNDP (1990, 1997, 2010)

brasileira, apesar de englobar características essenciais, ainda se faz necessário um indicador mais adequado para realidade brasileira representado neste trabalho pelo Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF).

3. METODOLOGIA

A construção do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) apresentou como base o índice proposto por Barros (2003). Os dados utilizados foram retirados dos microdados da PNAD (2012-2015) e da PNAD Contínua (2016-2019).

O questionário de entrevista da PNAD foi reformulado em 2015, onde ela se tornou a PNAD Contínua, dentre as modificações destaca-se a inserção de novas regiões na amostra, uma redistribuição de domicílios e exclusão de algumas variáveis, que foram mescladas, ou tiveram uma maior especificação. Para homogeneidade entre os períodos, cerca de 11 indicadores foram descartados, apesar desta alteração, a resposta dos dados continuou a mesma, não havendo interferência nos resultados. Como método de corte para definição da pobreza, será adotado o conceito de pobreza pela ótica da renda e de pobreza absoluta de Rocha (2003).

3.1 Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

Barros (2003) propõe o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), este surge como uma proposta para conseguir calcular as condições familiares, sem se limitar em questões de média ponderada geográfica, sendo possível identificar as condições de desenvolvimento/pobreza de família por família. O IDF analisa seis dimensões de dados, com 26 componentes e 48 indicadores, se baseando em um sistema de pesos, e de indicadores sintéticos, com base em dados da PNAD, partindo do mesmo princípio que o cálculo do IDH. Essas dimensões são: Ausência de Vulnerabilidade (Tabela 1); Acesso ao Conhecimento (Tabela 2); Acesso ao Trabalho (Tabela 3); Disponibilidade de Recursos (Tabela 4); Desenvolvimento Infantil (Tabela 5); e Condições Habitacionais (Tabela 6). As letras e números das variáveis correspondem aos indicadores mantidos.

Tabela 1 – Índice de Ausência de Vulnerabilidade (IAV)

Atenção e cuidados com crianças, adolescente e jovens	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de criança• Ausência de criança ou adolescente• Ausência de criança ou adolescente ou jovem
Atenção e cuidados com idosos	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de idoso
Dependência Econômica	<ul style="list-style-type: none">• Presença de cônjuge• Mais da metade dos membros encontra-se com idade ativa

Fonte: Adaptado de Barros (2003)

Tabela 2 – Índice de Acesso ao Conhecimento (IAC)

Analfabetismo	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de adulto analfabeto
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none">• Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo• Presença de pelo menos um adulto com médio completo• Presença de pelo menos um adulto com superior completo
Qualificação Profissional	<ul style="list-style-type: none">• Presença de pelo menos um trabalho com qualificação média ou alta

Fonte: Adaptado de Barros (2003)

Tabela 3 – Índice de Acesso ao Trabalho (IAT)

Disponibilidade de trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Presença de pelo menos um ocupado no setor formal• Presença de pelo menos um ocupado em atividade não-agrícola
Remuneração	<ul style="list-style-type: none">• Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário-mínimo• Presença de pelo menos um ocupado com rendimentos superior a 2 salários-mínimos

Fonte: Adaptado de Barros (2003)

Tabela 4 – Índice de Disponibilidade de Recursos (IDR)

Extrema pobreza	<ul style="list-style-type: none">• Renda familiar per capita superior a linha da extrema pobreza
Pobreza	<ul style="list-style-type: none">• Renda familiar per capita superior a linha da pobreza

Fonte: Adaptado de Barros (2003)

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

Trabalho precoce	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando • Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando
Acesso à escola	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de criança até 6 anos fora da escola • Ausência de acesso à escola criança de 7-14 anos fora da escola • Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso • Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto • Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto

Fonte: Adaptado de Barros (2003)

Tabela 6 – Índice de Condições Habitacionais (ICH)

Propriedade	<ul style="list-style-type: none"> • Domicílio próprio • Domicílio próprio ou cedido
Déficit Habitacional	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade de até 2 moradores por dormitório
Abrigabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Material de construção permanente
Acesso a abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso adequado a água
Acesso a saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Esgotamento sanitário adequado
Acesso a coleta de lixo	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo é coletado
Acesso à energia elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a eletricidade
Acesso a bens duráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a fogão e geladeira • Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio • Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio e telefone • Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio, telefone e computador

Fonte: Adaptado de Barros (2003)

3.2 Construção do Indicador Sintético

Segundo Barros (2003), cada uma dessas seis dimensões faz parte de um processo de meios necessários para que as famílias tenham suas necessidades satisfeitas.

Tendo em vista as dimensões, componentes e indicadores, o indicador sintético segue princípios similares ao cálculo do IDH [ver (UNDP, 2002, p. 252-253)] no qual o

indicador sintético S é obtido a partir de uma series de indicadores básicos $\{B_i : i = 1, \dots, m\}$,

$$S = \sum_i w_i \left\{ \frac{(B_i - l_i)}{(L_i - l_i)} \right\} \quad (1)$$

Na equação, L_i e l_i são os limites para o indicador i , e w_i , o peso dado a esse indicador. Ao supor que todos os indicadores de cada componentes de uma dimensão, todos os componentes de uma dimensão e todas as seis dimensões do IDF tem o mesmo peso, o valor dos limites pode variar livremente entre 0 e 1, ou seja:

$$S = (1/6) \sum_k (1/m_k) \cdot \sum_j (1/n_{jk}) \cdot \sum_i B_{ijk} \quad (2)$$

B_{ijk} se refere ao i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k , o número de componentes da k -ésima dimensão, e n_{jk} , o número de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. A partir desta equação se infere que:

$$S = \sum_k \sum_j (1/(6m_k \cdot n_{jk})) \cdot \sum_i B_{ijk} \quad (3)$$

Ou seja,

$$w_{ijk} = \frac{1}{6m_k \cdot n_{jk}} \quad (4)$$

Como demonstrado nas equações, os indicadores dos componentes distintos têm pesos distintos, já que o número de indicadores por componentes e o número de componentes por dimensão não são homogêneos, então o peso de um indicador depende do componente e da dimensão a qual pertence. Sendo assim, a equação também irá gerar um indicador sintético para um dos componentes de cada dimensão, S_{jk} , da mesma forma como para cada uma das dimensões, S_k , através de,

$$S_{jk} = (1/n_{jk}) \cdot \sum_i B_{ijk} \quad (5)$$

e

$$S_k = (1/m_k) \cdot \sum_j S_{jk} = (1/m_k) \cdot \sum_j (1/n_{jk}) \cdot \sum_i B_{ijk}$$

Têm-se também que

$$S = (1/6) \cdot \sum_k S_k \quad (7)$$

Dessa forma, os pesos dos indicadores passam a depender do componente e da dimensão a que pertencem, sendo capaz de mensurar o efeito cascata de pesos. De acordo com a base de dados, considerou-se na pesquisa que uma família é igual a um domicílio.

Para construção do índice foram utilizados os microdados da PNAD entre 2012 e 2019 por meio do software R³.

A classificação é definida como: IDF acima dos 0,80 são considerados com alto nível de desenvolvimento, entre 0,50 e 0,79 nível médio de desenvolvimento, e abaixo de 0,50, baixo nível de desenvolvimento (UNDP, 2010, 2011). Em Sousa (2016), os níveis de classificação são ampliados, onde foi inserido mais duas classificações que serão levadas em consideração nesta pesquisa, sendo classificado baixo desenvolvimento com valores entre 0,31 e 0,49 e nível muito baixo de desenvolvimento com valores entre 0,0 e 0,30.

4. RESULTADOS

A Tabela 7 foi construída usando a variável da PNAD “faixa de rendimento domiciliar per capita”, servindo como uma *proxy* para definir os níveis de carência das famílias brasileiras. Através da ótica da renda, é possível ter uma noção em que condições se encontram as famílias por domicílio.

Tabela 7 – Porcentagem das Condições de Pobreza Domiciliar no Brasil (2012-2019)

Ano	Extrema Pobreza	Pobreza	Não Pobres
2012	6%	18%	82%
2013	6%	18%	82%
2014	5%	16%	84%
2015	6%	18%	83%
2016	12%	29%	71%
2017	13%	30%	70%
2018	13%	29%	71%
2019	13%	28%	71%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD (2012-2019).

Extrema pobreza: Domicílios com rendimento menor ou igual a $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo; Pobreza: domicílios cujo rendimento é menor ou igual a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo; Não Pobres: demais rendimentos.

Os resultados da Tabela 7, demonstram que até 2015 menos de 20% dos domicílios brasileiros viviam com menos ou até meio salário-mínimo, e dessa porcentagem, em média em torno de 6% viviam em condição de extrema pobreza. A partir de 2016, os resultados apresentaram um salto, 29% domicílios se encontravam em situação de pobreza e 13% em extrema pobreza, no período em questão foram acrescentados mais municípios da região

³ Software livre para análise de dados: <https://www.r-project.org/>.

norte e nordeste onde há os maiores indícios de pobreza, o que poderia explicar o aumento súbito dos níveis de pobreza.

A Tabela 8 apresenta o resultado do índice e suas seis dimensões para as famílias brasileiras e as localidades que apresentam IDF mais alto e o mais baixo.

Tabela 8 – Resultado do IDF e suas dimensões no Brasil (2012-2019)

Ano	Dimensões						IDF		
	IAV ¹	IAC ²	IAT ³	IDR ⁴	IDI ⁵	ICH ⁶	BR	DF	MA
2012	0,61	0,37	0,67	0,88	0,40	0,68	0,60	0,65	0,54
2013	0,61	0,37	0,68	0,88	0,40	0,68	0,60	0,66	0,54
2014	0,61	0,38	0,68	0,89	0,40	0,69	0,61	0,66	0,54
2015	0,61	0,38	0,68	0,88	0,40	0,69	0,61	0,66	0,55
2016	0,60	0,47	0,66	0,79	0,24	0,87	0,60	0,66	0,53
2017	0,60	0,47	0,66	0,78	0,24	0,87	0,60	0,66	0,54
2018	0,60	0,48	0,66	0,79	0,24	0,87	0,61	0,66	0,54
2019	0,60	0,48	0,67	0,79	0,23	0,82	0,60	0,66	0,53

1. IAV – Índice de ausência de vulnerabilidade; 2. IAC – Índice de acesso ao conhecimento; 3. IAT – Índice de acesso ao trabalho; 4. IDR – Índice de disponibilidade de recursos; 5. IDI – Índice de desenvolvimento infantil; 6. ICH – Índice de condições habitacionais

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD (2012-2019)

Com base nos resultados acima, o IAV e IAT foram os índices que mantiveram o padrão durante os anos. O IAV se manteve quase constante e o IAT apresentou comportamento de flutuação de 0,66 a 0,68, o que indica que a vulnerabilidade e o acesso ao trabalho no país não se modificaram no período analisado.

O IAC e ICH demonstraram um aumento, e vale ressaltar que as variáveis de habitação e educação foram as que mais apresentaram modificações no questionário PNAD, seja por uma melhor especificação ou mesclagem de variáveis, o que também contribui para o salto na variação.

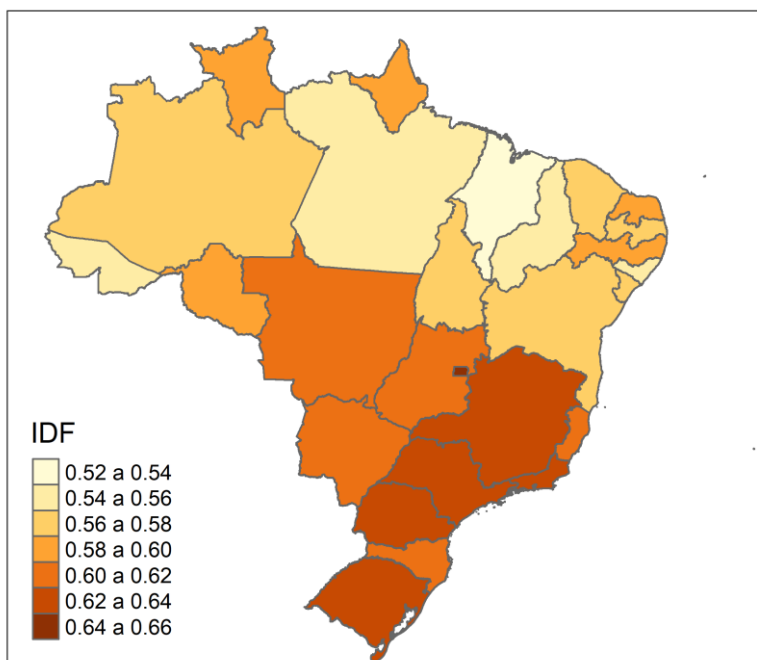
O IDR sofreu uma queda, assim como os resultados referentes às condições de pobreza. Os resultados evidenciam que o IDI possui a maior queda entre os índices, revelando que o desenvolvimento infantil se mostra uma questão que precisa ser trabalhada mais intensamente pelas políticas públicas brasileiras.

Por fim, o IDF se manteve na faixa de 0,60, ou seja, cerca de 60% das famílias brasileiras se encontram nas melhores condições de desenvolvimento socioeconômico, e de fato. Segundo a classificação de Barros (2003), o Brasil se encontra com nível **médio de desenvolvimento**, porém tais resultados se contrastam com a realidade do país, e com

os índices de pobreza acentuados da Tabela 7, ou ainda representam a elevada desigualdade de renda e acesso a qualidade de vida com que se deparam as famílias do Brasil.

Destaca-se que o valor do IDF se manteve quase constante, portanto, durante esse período de 8 anos, não houve uma evolução significativa do desenvolvimento familiar. Comparando o IDF do Distrito Federal (mais alto) com o do Maranhão (mais baixo), há uma disparidade notável do desenvolvimento familiar entre essas regiões, contudo, ainda dividem a mesma classificação “médio desenvolvimento”. A figura abaixo apresenta o mapa com os resultados do IDF por estado no ano de 2012.

Figura 1 – Mapa com níveis de IDF por estados em 2012



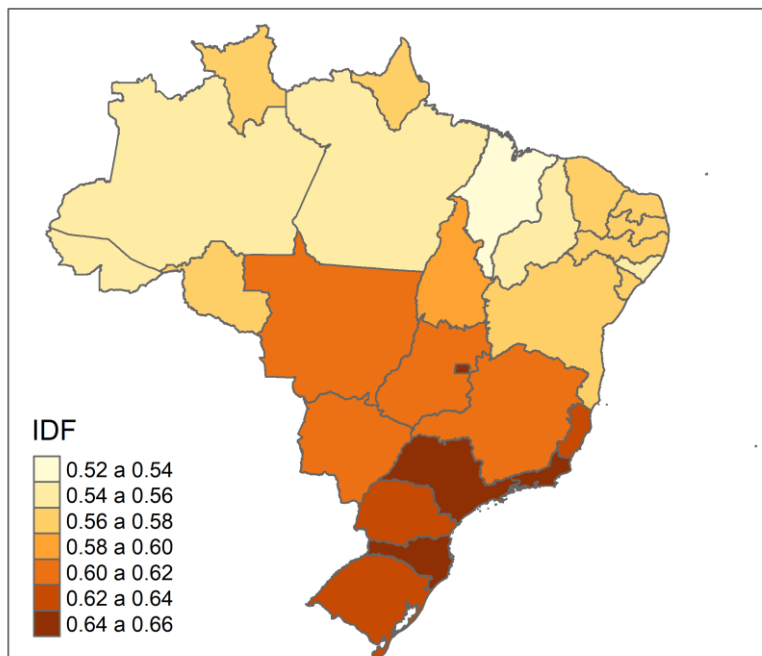
Fonte: Elaboração própria com base na PNAD (2012)

Segundo a Figura 1, todos os estados têm nível “médio de desenvolvimento”, o estado do Maranhão é o único que possui o nível mais baixo de desenvolvimento familiar, sendo que é o único que ocupa o corte entre 0,52-0,54, a região Nordeste como um todo apresentaram baixos níveis de desenvolvimento familiar. Por outro lado, Distrito Federal, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados com índices mais altos, seguido por Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina, Espírito Santo e Mato Grosso, apontando que as regiões mais desenvolvidas nesse ano foram as regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste.

A Figura 2 mostra a evolução do IDF no ano de 2019, a maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram notável queda nos índices de desenvolvimento

familiar, porém a queda não foi suficiente para que alcançasse patamar abaixo de 0,54. Os estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul obtiveram quedas no IDF, apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina se mantiveram estáveis ou subiram, e apesar da queda, essas regiões continuam com índices mais altos que o Norte e Nordeste, salientando a deficiência no desenvolvimento familiar dessas e reforçando a ideia de centralização econômica existente no Brasil, e a manutenção das desigualdades regionais no país.

Figura 2 – Mapa com níveis de IDF por estados em 2019



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD (2019)

5. CONCLUSÃO

A mensuração do nível de desenvolvimento necessita de um método de análise condizente com realidade capaz de captar as condições de vida da família e o acesso aos direitos básicos dos cidadãos. Dessa forma, é possível observar a utilidade do IDF para a investigação do desenvolvimento de um país, visto que os resultados obtidos demonstram a multidimensionalidade que o Brasil apresenta e revela que o país não possui “alto desenvolvimento” como mensurado por outros índices, como o IDH⁴, que não captam os aspectos ligados à qualidade de vida.

⁴ De 2012 a 2019 o IDH brasileiro manteve ritmo de crescimento passando de 0,735 para 0,762.

O IDF trouxe uma classificação mais coerente sobre a situação familiar brasileira, “médio desenvolvimento”, assim, se reitera que a mensuração de desenvolvimento via IDH pode mascarar alguns aspectos familiares e de pobreza domiciliar.

Acerca dos resultados, apesar de todos os estados possuírem classificação de “médio desenvolvimento”, é notável a diferença de cerca de uma decimal entre os estados do Norte e Sul, o que reforça a concepção da desigualdade e concentração econômica no Brasil, seja por conta das políticas extrativas históricas na região Norte e Nordeste, ou a falta de investimentos/incentivos na região.

Nesse sentido, ressalta-se a colocação de Barqueiro (2002), que argumenta quanto a necessidade de soluções endógenas para o desenvolvimento econômico regional quais consigam englobar e atingir positivamente de forma direta as famílias que se encontram em situação de privação, em especial a regiões mais afetadas pela pobreza domiciliar e conseqüentemente com o IDF mais baixo.

A abordagem utilizada captou os aspectos essenciais sobre a vivência das famílias e das privações, argumentado tanto por Amartya Sen (2010) quanto por Sonia Rocha (2003), como trouxe também indicativos que reforçam a argumentação de concentração econômica e desigualdade de renda entre regiões.

Apesar dos avanços presentes no trabalho, destaca-se que a inclusão de novos municípios no período de 2016 levanta uma necessidade de uma investigação para entender o impacto que a adição desses municípios causou nos indicadores calculados, isto é, é preciso entender melhor se houve mudança no contexto analisado ou se a variação constatada esteve mais fortemente relacionada a mudança na estrutura das informações disponíveis.

Nesse sentido, o trabalho conclui-se com a expectativa de que a pesquisa possa fortalecer e ampliar os estudos sobre desenvolvimento socioeconômico no país, em especial os que capturem todos os aspectos de bens, serviços e privações de direito a qualquer cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron. **Introduction to economic growth**. Journal of economic theory, v. 147, n. 2, p. 545-550, 2012.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James; ROBINSON, James. **Porque falham as nações: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Trad. Artur Lopes Cardoso. Temas e Debates, Lisboa (2013).

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. **Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries**. United Nations development programme human development report office background paper, n. 2010/11, 2010.

BARROS, Ricardo Paes De; CARVALHO, Mirela De; FRANCO, Samuel. **Índice de Desenvolvimento da Família IDF**. Família: redes, laços e políticas, p. 241–265, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0986.pdf>.

BARROS, Ricardo Paes De; CARVALHO, Mirela De; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional e Educabilidade no Brasil**. Texto de Discussão IPEA, v. 1227, n. 1992, p. 241–258, 2006. Disponível em: <https://ideas.repec.org/cgi-bin/htsearch?cmd=Search!&db=&de=&dt=range&fmt=long&m=all&np=8&ps=50&q=multidimensional+poverty&s=R&sy=1&ul=&wf=4BFF%5Cnhttp://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf>.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como prática da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford university press, 1982.

SOUSA, L.; SANTOS, R.; SOUSA, D. **Pobreza multidimensional na Amazônia legal: uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 6, n. 3, p. 125-148, 21 nov. 2016.

SOUSA, Luciana Cristina Romeu; DOS SANTOS, Ricardo Bruno Nascimento; SOUSA, David Silva Pereira. **Desenvolvimento e pobreza multidimensional na Amazônia Legal**. Espacios, v. 37, n. 21, p. 26, 2016.

UNDP – United Nations Development Programme. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990.

_____. **Human Development Report 1997: Human Development to Eradicate Poverty**. New York: Oxford University Press, 1997.

_____. **Human Development Report 1998: Consumption for Human Development**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. **Human Development Report 2002**. Deepening democracy in a fragmented world. Oxford University Press, Nova York.

_____. **Human Development Report 2010 (20th Anniversary Edition):** The Real Wealth of Nations: Pathways to Development Human. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. **Human Development Report 2011:** Sustainability and Equity: A Better Future for All. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Endogenous development: Networking, innovation, institutions, and cities.** Routledge, 2002.